

**PÁG 2** Câmara dos Deputados adia votação do relatório da MP 1055, mais uma medida provisória em que foram inseridos vários de filhotes de jabuti

**PÁG 7** Agnes discute modernização do setor elétrico com associadas da Abraceel

**PÁG 9** Nova CNPE 07 é aprovada preservando a previsibilidade de preços, pleito histórico da Abraceel

**PÁG 11** Abraceel na Mídia

**PÁG 12** Curtas

**PÁG 15** Próxima semana

**PÁG 16** Calendário Abraceel

 Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!



## **Câmara dos Deputados adia votação do relatório da MP 1055, mais uma medida provisória em que foram inseridos vários de filhotes de jabuti**

### **Matéria em 1 minuto:**

- Foi apresentado relatório com as mudanças propostas para a MP 1055, que institui a CREG;
- A votação estava na pauta, mas não ocorreu. O prazo máximo para deliberação da MP pela Câmara e Senado é 07 de novembro;
- Associações do setor enviaram carta aos parlamentares pedindo atenção em relação às emendas apresentadas, que imputam custos que penalizam os consumidores em benefício de alguns segmentos da economia.



Tempo de leitura:  
**4 minutos**

No dia 28.06, a Medida Provisória 1055 foi publicada no Diário Oficial da União instituindo a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), que tem o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica.

No dia 01.10, sexta-feira à tarde, foi apresentado o relatório do deputado federal Adolfo Viana (PSDB/BA), com previsão de ser deliberado no dia 04.10, segunda-feira às 10h, o que felizmente não aconteceu. A votação foi postergada para o dia 05.10, mas não ocorreu novamente por falta de acordo entre as lideranças partidárias.

Os principais destaques do relatório do relator deputado Adolfo Viana (PSDB/BA), que para surpresa de muitos, não afeitos aos métodos do legislativo federal, incorporou várias medidas em nada relacionadas à CREG – os jabutis -, inclusive resgatando o financiamento pelos consumidores dos custos de gasodutos, matéria já rejeitada três vezes pelo parlamento, são listados a seguir:

- Define a separação contábil das atividades de transporte e comercialização de energia elétrica a partir de 1º de janeiro de 2023;
- Autoriza a Aneel a incorporar nas tarifas de transmissão o custo do gasoduto associado à contratação de reserva de capacidade;



- Aumenta o prazo de 20 para 25 anos dos CCEARs das PCHs que serão leiloadas nos próximos A-5 e A-6 (mínimo de 50% da demanda das distribuidoras até completar 2 GW de PCHs), incluindo no preço teto do leilão (referência A-6/2019) os encargos e tributos que incidem sobre as PCHs;
- Prorroga por 20 anos os contratos do PROINFA para os geradores que demonstrarem interesse até 30 de março de 2022, mudando o indicador para o IPCA e com renúncia à correção do IGP-M de 2020 e 2021, que deverá ser apurado pela Aneel;
- Contratos prorrogados do PROINFA poderão adicionar energia solar, eólica, biomassa ou biogás, no montante equivalente a diferença entre a garantia física e a potência instalada, passando a ter o preço de venda igual ao preço médio da fonte original sem outorga resultante do Leilão A-6 de 2019 e desde que entrem em operação até 2027;
- Estende o subsídio da CDE ao carvão mineral de 2027 até 2035 condicionado à substituição de, pelo menos, 50% do combustível por biomassa de reflorestamento ou resíduos agrícolas, sendo que o benefício deverá ser reduzido anualmente, de forma linear, entre 2028 e 2035;
- Possibilidade de prorrogação da CREG por decreto presidencial;
- Inclusão na CREG da Aneel, ANA, ANP, Antaq e Ibama, mas sem direito a voto;
- CREG poderá promover ações de conscientização do consumidor sobre a redução voluntária e racional do consumo;
- Regramento para novas ligações em área rural já declarada universalizada, com apresentação de documentos e/ou solicitação prévia do poder público; e
- Define prazo de três meses, da data da conversão da MP 1055 em lei, para que a ANP estipule a receita máxima permitida de transporte.

Diante do relatório apresentado e do custo de uma ordem de R\$ 46,5 bilhões a serem bancados pelos consumidores nas contas de luz, conforme cálculos da Abrace, a Abraceel e outras 10 associações do setor assinaram carta insurgindo-se contra as emendas parlamentares que imputam custos que penalizam os consumidores em benefício de alguns segmentos do setor.

A carta aponta que o aumento dos custos está relacionado principalmente ao subsídio à construção de gasodutos via tarifas de transmissão de energia, à prorrogação de subsídios ao carvão mineral, à ampliação do prazo de reserva de mercado e de compra compulsória de energia proveniente de PCHs e à prorrogação dos contratos do Proinfa sem competição. A íntegra da carta está disponível no site da Abraceel, seção “Cartas Exclusivas”.



## A pauta da energia na Câmara mostrou que o ano ainda não acabou

Após quase oito meses sem avanços, o PL 414 de 2021, que cria a portabilidade da conta de luz, e que ainda não foi inscrito na pauta de deliberações da Câmara dos Deputados, ao menos teve, finalmente, seu relator nomeado. O deputado federal Fernando Coelho Filho (DEM-PE), ex-ministro de Minas e Energia, foi nomeado relator da matéria na Câmara. A Abraceel já solicitou agenda com o deputado para apresentar sua visão acerca da matéria, que foi o carro-chefe de discussão durante sua gestão no MME no âmbito da CP 33.

Em paralelo, houve discussão técnica na Comissão Especial que analisa o PL 1917 de 2015 sobre o relatório apresentado pelo deputado Édio Lopes (PL-RR). Essa reunião técnica está inserida no cronograma proposto pela deputada Jaqueline Cassol (PP-RO), presidente da comissão que analisa o projeto, que reservou os dias 06.10 e 19.10 para que as instituições apresentassem suas contribuições ao texto. A expectativa é que a matéria seja deliberada no dia 20.10.

Na reunião do dia 06.10, Alexandre Lopes e Ângela Oliveira representaram a Abraceel na discussão, que também contou com Abiogás, Abiape, Abradee, Absolar, INEL e Abrapch. O deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG) esteve presente durante todo o encontro e apresentou suas sugestões ao texto, que infelizmente mantém sua visão retrógrada do setor elétrico, sempre privilegiando os monopólios, com destaque para:

- estímulo ao autoprodutor;
- fim da restrição ao tamanho dos reservatórios das PCHs; e
- pasme-se “a portabilidade de conta de luz dos consumidores do Grupo B somente poderia ser realizada entre concessionárias de distribuição e somente da componente energia (commodity) entregue no centro de carga de cada submercado”.

A íntegra da apresentação do parlamentar está disponível no site da Abraceel <https://abraceel.com.br/post-associado/apresentacao-do-deputado-lafayette-sobre-o-pl-1917-2015/>

Durante o debate, Alexandre Lopes expôs os argumentos da Abraceel, que estão concentradas nos seguintes pontos:





## **Cronograma de Abertura**

O substitutivo ao PL 1.917 prevê a abertura do mercado para a baixa tensão somente após 72 meses. O cronograma proposto é incompatível com a PRT MME 465, que prevê a abertura até 500 kW em 2023, e representa um retrocesso em relação ao PL 414, que prevê a abertura integral do mercado em 42 meses.

## **Abertura do Grupo "B"**

O Deputado Lafayette defendeu que a abertura do mercado para a baixa tensão deveria estar restrita às distribuidoras de energia, questionando a competitividade do comercializador varejista em relação aos pequenos consumidores e a complexidade das regras de mercado.

Lopes destacou que a tarifa de energia regulada é a mesma para a indústria e para as residências, fruto do processo de realinhamento tarifário ocorrido há 15 anos, e que a competição com a tarifa de energia independe do porte do consumidor.

A Abraceel destacou que a criação de uma reserva de mercado para um segmento não resolve o problema da competição, sendo o comercializador varejista fundamental para ampliar a concorrência, em benefício dos consumidores.

No modelo varejista, o consumidor só precisa escolher o fornecedor, todo o resto do processo é de responsabilidade do comercializador (garantias, MCP, variações de consumo, etc.).

## **Expansão da Oferta**

A Abraceel destacou que a expansão da oferta hoje ocorre majoritariamente no mercado livre, que tem sido um vetor para os investimentos em fontes renováveis de energia. Estudo recente realizado pela Abraceel aponta que 72% da expansão da oferta nos próximos cinco anos está voltada para o mercado livre, com investimentos de mais de R\$ 100 bilhões.

## **Contratos Legados**

Durante o debate, foram manifestadas preocupações em relação aos contratos legados das distribuidoras em relação à velocidade de abertura do mercado.

A Abraceel tem se debruçado sobre o tema e apresentou recentemente às autoridades um estudo que quantifica os contratos já assinados no Ambiente Regulado e a abertura do mercado de distribuição, que demonstra ser possível abrir todo o Grupo "A" a partir de 2024 e todo o Grupo "B" em 2026.





Em relação aos contratos legados, existem três pontos fundamentais que impactam o cronograma de abertura, dos quais dois já foram equacionados na legislação do setor: (i) contratação de térmicas por capacidade (grande parte dos contratos do ACR por disponibilidade vencem nos próximos cinco anos); (ii) descomodificação das usinas da Eletrobras (ocorrerá de forma gradual entre 2023 e 2027); e, por fim, a comercialização da energia da usina de Itaipu após 2023, cujo modelo está em estudo pelo governo.

### **Tarifas de Uso**

Também foi discutida a necessidade de criação de tarifas não volumétricas para os consumidores de baixa tensão. Alexandre Lopes destacou que, embora seja uma evolução no modelo tarifário, a adoção desse tipo de tarifa não possui relação com a migração para o mercado livre, uma vez que o consumidor continua consumindo energia da rede e sendo medido pela distribuidora, mas está relacionada com a geração distribuída e com a eficiência do sinal tarifário para todos os consumidores.

### **Subsídios**

Conforme debatido, a energia representa de 30% a 50% da fatura final dos consumidores, sendo o restante custos relativos ao transporte da energia, encargos e impostos. Nesse sentido, a Abraceel destacou que é fundamental melhorar a alocação de custos e riscos do setor e evitar a criação de novos subsídios, compras compulsórias e reservas de mercado.

### **Explosão Tarifária em 2015**

Em contraponto ao que foi apresentado durante a reunião, a Abraceel destacou que o aumento tarifário ocorrido em 2015 não possui qualquer relação com a ampliação do mercado livre ou com a expansão da energia eólica e solar na matriz. A explosão tarifária refletiu uma repressão tarifária ocorrida nos anos de 2013 e 2014 para os consumidores cativos, em decorrência da MP 579, e que havia sido suportada nesses anos por aportes e empréstimos do Tesouro Nacional e empréstimos bancários.

### **Prorrogação das Concessões**

Além da abertura do mercado, um dos pilares da reforma do setor é a alteração do modelo de prorrogação de concessões por cotas que foi instituído pela MP 579/12 para o modelo de produção independente, com o pagamento de bônus de outorga e livre comercialização da energia. Prevista no PL 414, essa parte da reforma foi retirada do substitutivo ao PL 1.917, o que perpetuaria o modelo de cotas para as concessões vencidas. Nesse sentido, a Abraceel defendeu o modelo de PIE para a renovação das concessões, em linha com a reforma que vem sendo discutida há anos no setor.





## Agnes discute modernização do setor elétrico com associadas da Abraceel

### Matéria em 1 minuto:

- Agnes apresentou o andamento dos trabalhos do MME que tratam da modernização do setor elétrico e a agenda de atuação do Ministério;

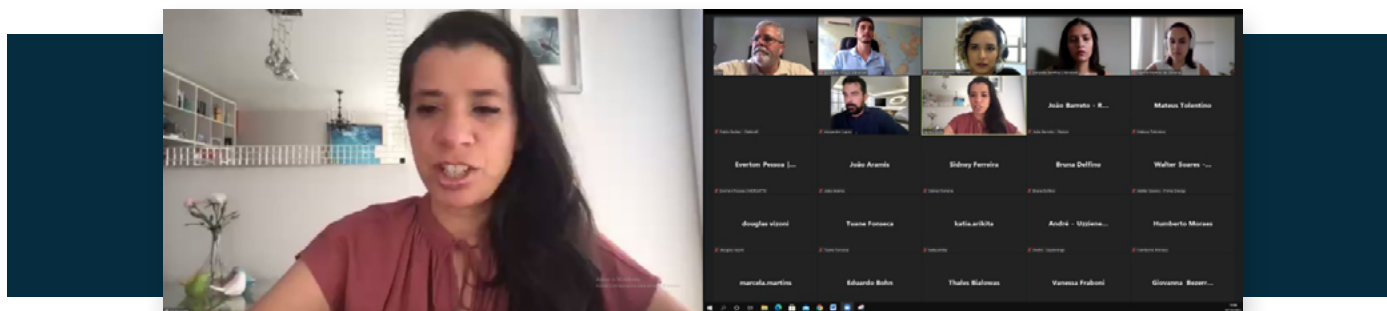
- Sobre a abertura de mercado, disse que o empenho do MME é na atuação nos projetos de lei que estão tramitando na Câmara dos Deputados, dizendo entender que seria necessário novo comando de lei para que a abertura ocorra para a baixa tensão;

- Quando solicitou contribuições dos presentes para aprimorar a redação do PL 414, a Abraceel lembrou que em abril já havia apresentado os pontos que devem ser revisados no projeto de lei.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

No dia 07.10, Agnes da Costa, Chefe da Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios do MME, conversou com as associadas sobre os avanços da modernização e suas perspectivas para o período 2022/2024. O evento contou com mais de 100 representantes de associadas.



Agnes iniciou sua apresentação relatando o andamento da modernização do setor e a agenda de mercado do Ministério.

A respeito da abertura do mercado, ressaltou que o Ministério está em processo de elaboração de proposta conceitual para a abertura, uma vez que a CCEE já enviou sua primeira versão de nota técnica sobre o assunto. Já sobre lastro e energia, pretendem aperfeiçoar a proposta da EPE de detalhamento.



Ao ser indagada sobre como está o cronograma para a abertura, Agnes disse que o empenho do Ministério é na atuação nos Projetos de Lei 1917/2015 e 414/2021, para se ter um comando em lei para essa abertura. Acredita que, com base na reflexão dos agentes, a Aneel deverá trazer até janeiro de 2022 um cronograma com passo a passo. Reforçou que o tema está em fase de amadurecimento final.

Sobre os projetos de lei, acredita que o PL 414/2021 está mais aderente com as propostas já discutidas anteriormente, porém os textos precisam ser aperfeiçoados devido a muitas questões estarem ultrapassadas e terem sido discutidas em outras propostas, a exemplo da MP 998 que resultou na Lei 14.120.

Sobre isso, a Abraceel pediu apoio ao Ministério nas discussões que estão ocorrendo na Câmara com vistas a preservar o que foi amplamente discutido entre os agentes.

Além disso, a Abraceel rechaçou a afirmação da Secretária sobre a necessidade de novo comando legal para permitir a abertura do mercado aos consumidores da baixa tensão, uma vez que tal diretriz já consta da Lei 9.074/1995 e, até o momento, a abertura pouco avançou, a despeito de ser necessária apenas uma portaria do MME para direcionar esse tema, como o demonstram as publicações das Portarias 514 e 465 do Ministério.

Perguntada sobre as tratativas sobre a revisão do Tratado de Itaipu, cujo Anexo C vence em 2023, a Secretária alegou questões de sigilo para não detalhar o assunto, mas esclareceu que o MME está atento ao tema.

Ao final, a Abraceel lembrou que encaminhou carta ao MME em abril, com os pontos essenciais para garantir uma redação mais adequada ao contexto da modernização do setor elétrico e que é preciso avançar rapidamente na abertura.

A íntegra da apresentação realizada por Agnes Costa está disponível no site da Abraceel, seção “Apresentações Exclusivas” e a carta encaminhada ao MME, com contribuições ao PL 414, está na seção “Cartas Exclusivas”.





## **Nova CNPE 07 é aprovada preservando a previsibilidade de preços, pleito histórico da Abraceel**

### **Matéria em 1 minuto:**

- A nova resolução dispõe sobre a instituição e governança da Comissão, bem como a previsibilidade para alteração dos dados de entrada nos modelos;

- A novidade é que para a definição da política operativa, o ONS deverá considerar a melhor representação possível;

- Nova versão foi aprovada em julho e contempla somente dois aspectos adicionais: (i) exclusão das atividades de planejamento setorial e cálculo da garantia física do prazo para consideração dos aprimoramentos aprovados pela CPAMP no ano civil subsequente e (ii) inclusão de diretriz para que, quando da proposição dos aprimoramentos CPAMP, seja buscada maior aderência ao nível de aversão ao risco adotado na política operativa.



Tempo de leitura:  
**1 minuto**

Em reunião realizada no dia 05.10, o CNPE aprovou resolução que dispõe sobre a CPAMP, em substituição às Resoluções CNPE 01/2007 e 07/2016. A nova resolução dispõe sobre a instituição e governança da Comissão, bem como a previsibilidade para alteração dos dados de entrada nos modelos.

A minuta de Resolução CNPE disponibilizada é a versão aprovada pela Cpamp em fevereiro deste ano, que mantém, na formação de preços, a antecedência não inferior a um mês do PMO para as alterações nos dados de entrada que não decorrem de erros ou de atualização com calendário pré-definido.

A novidade é que para a definição da política operativa, o ONS deverá considerar a melhor representação possível, o que já vem ocorrendo na prática, desde o caso do São Francisco do final do ano passado.

Entretanto, em função de discussões posteriores, nova versão foi aprovada em julho pela Cpamp, e segundo o Ministério, contempla somente dois aspectos adicionais: (i) exclusão das atividades de planejamento setorial e cálculo da garantia física do prazo para consideração dos aprimoramentos aprovados pela CPAMP no ano civil subsequente e (ii) inclusão de diretriz para que, quando da proposição dos aprimoramentos CPAMP, seja buscada maior aderência ao nível de aversão ao risco adotado na política operativa.

A nova resolução está na Casa Civil para Despacho do Presidente e posterior publicação. O MME se comprometeu em atualizar no seu site, no [ambiente da Cpamp](#), a nova versão aprovada.

Na sequência, devem ser publicadas a Portaria MME com os detalhamentos, bem como o regimento interno da Cpamp. A publicação da Resolução também era aguardada pela Aneel para dar continuidade à revisão da REN 843/2019 sobre governança na formação de preços.

A minuta da resolução aprovada pela Cpamp em fevereiro, sem os complementos feitos em julho, está disponível na área do associado.



# ABRACEEL NA MÍDIA



## ASSOCIAÇÕES LANÇAM MANIFESTO CONTRA EMENDAS À MP 1.055

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



## O Globo | Liberdade de escolha na crise hídrica

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



## #QueroEnergiaBarata Destaque de Paulo Ganime sobre o caminho da liberdade

[Acesse o post clicando aqui.](#)



## CNN Brasil Setor energético pede veto à MP da crise hídrica por 'afetar bolso do consumidor'

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



## CURTAS

### **Relatório de Imprensa - Setembro**

Está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção "Apresentações Exclusivas", o relatório de imprensa da Associação do mês de setembro. Durante o mês, obtivemos 207 inserções na mídia, em veículos impressos e online, com valor médio de R\$ 1.002.118,00, caso a mídia espontânea fosse paga. Foram realizados cinco encontros de relacionamento com a imprensa, além da produção de dois releases sobre liberdade de escolha e segurança de mercado.

### **Reunião do DEINFRA/FIESP discute crise hídrica com ONS**

No dia 06.10, Reginaldo Medeiros, presidente executivo da Abraceel, esteve presente à 9ª reunião ordinária da Divisão de Energia do FIESP (DEINFRA), que contou com a participação de Alexandre Zucarato, diretor do ONS, para tratar sobre a situação hidroenergética atual do setor. Zucarato mostrou o histórico do sistema desde 2020, além das medidas adotadas atualmente pelo Operador para o enfrentamento da crise. Ao final, destacou a decisão CMSE de criar um programa de replecionamento estrutural dos reservatórios a fim de que o sistema opere em condições melhores e que, em situações como a atual, a crise seja enfrentada de maneira mais favorável.

### **Workshop do GT Metodologia da CPAMP: andamento da implementação do PAR(p)-A e eventual recalibração do CVaR**

No dia 06.10, o GT Metodologia da Cpamp realizou workshop para apresentar o andamento das atividades do atual ciclo de trabalho, que incluem dar continuidade à validação e aprovação do PAR(p)-A e eventual recalibração do CVaR a partir de janeiro de 2023. A Cpamp pretende deliberar sobre as implementações até março/2022, de forma que possa ser realizada operação sombra ao longo de 2022. Acatando sugestões dos agentes, a operação sombra vai retroagir a janeiro de 2022, para obter um ano completo de sombra. Nesse tema, o GT Metodologia solicitou colaboração dos agentes que tenham interesse em rodar períodos sombra de 2021 e anos anteriores. Para isso, o GT irá fornecer todos os decks e suporte necessários. Também foi acatada sugestão de análise de diferentes séries hidrológicas conjunturais, que será incorporada aos estudos prospectivos. Por fim, foi abordada a dificuldade de realizar mais interações para convergência dos modelos, dado o tempo necessário para execução, que nos casos da CCEE já somam cinco horas. O próximo workshop está agendado para 20.10, das 9h às 11h, quando serão apresentados os resultados das simulações, que devem incluir a definição dos quatro pares do CVaR para sensibilidade dos backtests e análises prospectivas. A apresentação realizada na reunião está disponível no site da Abraceel, em Biblioteca > Apresentações.



## Abraceel se reúne com Movimento Brasil Corporativo

Bernardo Sicsú e Amanda Ferraz se reuniram com a equipe executiva do Movimento Brasil Corporativo (MBC) para discutir a modernização do setor elétrico, a fim de endereçar melhor a atuação dessa Frente Parlamentar em relação aos Projetos de Lei 1917/2015 e 414/2021. O MBC argumentou que a pauta é fundamental para todos os setores econômicos e crucial para o desenvolvimento do país no curto e no longos prazos.

## Bradesco disponibiliza plataforma MCP

Em parceria com a CCEE, o Banco Bradesco disponibilizou aos agentes uma plataforma virtual que permite acessar a movimentação e o extrato da sua conta do MCP. Essa medida vem logo após os esforços da Abraceel de aprimorar o processo de migração ao ACL, que incluem proposta de alteração regulatória encaminhada à CCEE e à ANEEL, em linha com a meta definida pelas associadas no planejamento estratégico da associação.

## CMSE – Condições de atendimento ao SIN

Em reunião do CMSE no dia 05.10, o ONS apresentou novas projeções de atendimento da carga para os próximos meses, que contém previsão de atendimento com reserva operativa no cenário mais conservador. Ademais, o CMSE definiu algumas estratégias adicionais para garantir o atendimento eletroenergético,

como: (i) permanência de flexibilizações hidráulicas nas usinas hidrelétricas Jupia e Porto Primavera até outubro de 2022; (ii) diretrizes para otimização dos recursos não despachados centralizadamente mediante modulação de sua geração para atendimento à demanda máxima; (iii) necessidade de apresentação de estudos para operação da usina hidrelétrica Belo Monte no período úmido do ano 2022; e (iv) homologação de ofertas adicionais recebidas no âmbito das Portarias Normativas MME 17/2021 e 22/2021, que totalizam 963 MW.

## Contribuições Abraceel

Nessa semana, a Abraceel enviou as seguintes contribuições: (i) [CPs ANEEL 018/21 e 052/21](#), com foco em aprimoramentos do processo de migração de consumidores ao ACL; (ii) [CP ARSESP 014/21](#), que trata de leilões de suprimento de gás em São Paulo; e (iii) [CP AGRESE 03/21](#), que aborda o mercado livre de gás em Sergipe.

## Devolução dos créditos de PIS/COFINS dos consumidores

No dia 05.10, a associada 2W Energia apresentou à Abraceel os procedimentos hoje adotados pelas distribuidoras para a devolução dos créditos de PIS/COFINS nas tarifas. Esse tema foi abordado na [CP ANEEL 05/21](#) e ainda depende de decisão da agência reguladora. Conforme bem apontado pela associada 2W, contudo, os créditos já estão sendo devolvidos na TE e na TUSD dos consumidores nas revisões

e reajustes tarifários de várias distribuidoras. Dessa forma, ocorre um favorecimento dos consumidores do ACR, o que está desalinhado com o que foi sugerido pela área técnica do órgão regulador na abertura da referida consulta pública. A Abraceel está avaliando como endereçar a questão à Aneel e, ao mesmo tempo, pedir celeridade na deliberação da CP 05/21.

## **Workshop Abraceel de Gestão de Riscos**

Ocorreu, no dia 08.10, o Workshop da Abraceel sobre Gestão de Riscos, que contou com apresentações da Dcide, Risk3 e KPMG. Na ocasião, foram discutidas as boas práticas de gestão de riscos, com uma visão atualizada sobre o tema após o lançamento da 1ª cartilha Abraceel/Dcide, as melhores práticas de análise de risco de crédito e a visão de uma empresa de auditoria. Ao final, houve debate com o público acerca do assunto. O evento contou com a presença de **150 participantes**.

## **Leilão Emergencial de Energia de Reserva**

A ANEEL aprovou, no dia 05.10, a realização de procedimento competitivo simplificado para contratação de reserva de capacidade, a ser realizado no dia 25.10. O leilão, cujas diretrizes foram detalhadas em [matéria de um relatório passado](#), terá preço inicial de R\$ 347 / MWh no produto quantidade e R\$ 1.619 / MWh para o produto disponibilidade. O período de envio de propostas de empresas geradoras interessadas ocorre entre 15 e 18.10 e os contratos deverão ser assinados em 17 de novembro.



## PRÓXIMA SEMANA

**13.08 – Quarta-feira:** Reginaldo Medeiros representará a Abraceel no painel “A modernização do setor e os caminhos para a sustentabilidade e a segurança energética” no Enase de 2021, às 14h30;

Grupo Técnico da Abraceel se reúne para discutir a Consulta Pública 63/2021 da Aneel, que trata do edital do Leilão de Reserva de Capacidade de 2021, às 16h;

Abraceel se reúne com a equipe do Comitê Técnico PMO/PLD para tratar da representação da mini e microgeração distribuídas nos modelos de formação de preço, às 17h.

**14.08 – Quinta-feira:** Workshop da PSR sobre o estudo de aperfeiçoamento nos modelos, meta do planejamento estratégico da Abraceel, às 10h;

Abraceel se reúne com o Diretor Sandoval Feitosa, da Aneel, para discutir segurança de mercado: critérios de autorização de agentes, monitoramento da alavancagem e garantias do MCP, às 15h;

Abraceel participa de webinar do escritório Tomanik Martiano Advogados, que discutirá a nova metodologia do ICMS no Ambiente de Contratação Livre em São Paulo, às 16h.

**15.08 – Sexta-feira:** Abraceel realiza warm-up do Planejamento Estratégico, coordenado pela Volt Robotics, com Workshop sobre seca e mudanças climáticas. Em seguida, inicia a discussão dos resultados coletados nas entrevistas individuais com as associadas nas reuniões de planejamento estratégico. As informações de acesso foram enviadas por e-mail e a reunião inicia às 10h;

Bernardo Sicsú, diretor de eletricidade e gás da Abraceel, será moderador do painel do Enase 2021 que debaterá o papel do gás natural na transição energética, às 10h.



# CALENDÁRIO ABRACEEL

## Outubro

**14.10** – 10h: Workshop PSR

**15.10** – 10h: Warm up do Planejamento + Sextou SWOT

**19.10** – Reunião do Conselho

**21 e 22.10** – Assembleia para deliberar sobre alterações no estatuto social da Abraceel e Planejamento Estratégico

## Novembro

**25.11** – AGE para aprovação do planejamento e orçamento

**25 a 27.11** – Encontro Anual do Mercado Livre

A Diretoria Executiva sempre encaminha por e-mail a pauta e os dados de acesso às reuniões. Eventuais alterações também são informadas com antecedência.